

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**Lei Municipal nº 1378/94**  
**Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011**

**Ata nº 001/2021**

1 Ata da Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos –  
2 CMAS, cuja temática refere-se à População em Situação de Rua, realizada no dia 04 de fevereiro  
3 de 2021, via plataforma online Skype, com a presença de conselheiros e convidados e da Sra.  
4 Tainara e Sr. Leandro. Iniciando a reunião as 14h10, Sra. Marilda – Coordenadora, em exercício,  
5 do GT, deseja uma boa tarde, agradece a presença de todos em mais um ano juntos. Sra. Marilda  
6 faz uma rápida explicação sobre a criação e os desdobramentos do GT. Na sequência solicita que  
7 o Sr. Leandro faça a leitura da ata da reunião anterior. Feita a leitura e sem nenhuma observação  
8 e correção a ata é aprovada. Na sequência Sra. Aurora informa sobre a discussão a nível regional,  
9 na qual participou, onde foi realizada a construção de documento a ser encaminhado as autoridades  
10 competentes sobre a prioridade de vacinação para a população em situação de rua. Relata também  
11 que o FORTSUAS também encaminhou documento elaborado as autoridades competentes e ao  
12 CMAS solicitando prioridade para vacinação dos profissionais que estão na linha de frente do SUAS.  
13 Informa que o CMDCA agendou para hoje uma reunião com os secretários de saúde e educação  
14 sobre a vacinação e a retomada das aulas presenciais. Aponta que sem vacina é inviável a  
15 retomada das aulas e da vida normal. Cita exemplos de escolas no município de Campinas onde  
16 houve surto de contágio, assim como ocorreu em outros países. Sra. Marilda aponta que refletir e  
17 estar nesse espaço será muito importante e com a participação do CMAS. Sra. Aurora reforça que  
18 o documento elaborado que solicita a vacinação dos profissionais do SUAS que estão em regime  
19 presencial não deve ser encarado como uma forma de exclusão à ninguém, todos os profissionais  
20 devem ser vacinados. Sra. Marilda solicita que o CMAS informe os desdobramentos dessa reunião  
21 pois estamos juntos nesse processo. Na continuidade Sra. Marilda passa para o item de pauta que  
22 refere-se a avaliação dos serviços de atendimento à população de rua no período da pandemia.  
23 Informa que é necessário fazer uma avaliação dos serviços existentes hoje e os que foram  
24 implantados, ou seja convenientes, apontando a questão de recursos humanos, fornecimento de  
25 EPI's, material de higiene e limpeza. Sra. Aurora lembra que o município recebeu recursos  
26 direcionados para essas questões. Sugere também que a SEDS se manifeste com relação a  
27 renovação do termo de fomento da “Casa Êxodo”, que finda em maio e apresente as condições  
28 atuais da equipe de abordagem social. Diante do exposto é apontado como encaminhamento, que  
29 a SEDS seja oficiada para responder tais questionamentos. Sr. Décio questiona sobre os  
30 suprimentos que eram destinados a SEACOLHE-AIF, que como está em reforma, onde está sendo  
31 utilizado e de que forma? Sra. Marilda esclarece que os suprimentos da SEACOLHE-AIF estão  
32 sendo direcionados para os demais serviços. Sra. Maria José (Zezé) aponta que acha oportuno que  
33 essa questão seja feita de forma formal, o que é acatado pelos presentes. Como encaminhamento,  
34 fica acordado oficializar a SEDS questionando sobre o andamento da reforma do SEACOLHE-AIF  
35 e como está sendo feita a utilização dos suprimentos. Sra. Zezé questiona como os serviços estão  
36 atendendo o público LGBTQI+, como este público tem se sentido dentro dos serviços? Sra. Marilda  
37 aponta que entende que essa questão é mais ampla que o foco do GT e da Assistência Social,  
38 mesmo concordando que é uma fala muito importante. Sugere que a comissão da diversidade  
39 sexual possa remeter esse questionamento a todas as secretarias, pois é uma discussão ampla  
40 que poderia ser discutida no GT mas como uma pauta única, chamando-se também a comissão da  
41 OAB. Continuando a reunião Sra. Marilda traz a questão da exclusão dos profissionais da  
42 Assistência Social como prioritários para vacinação. Sr. Leandro lembra que essa questão será item  
43 discutido na AGO. Na sequência Sra. Marilda informa que no site da PMS, quando da apresentação  
44 do serviço do Centro – POP há o termo “recuperação” quando se refere a população em situação  
45 de rua, o que não condiz com a Política Nacional de Atenção a População de Rua, é necessário a  
46 correção conforme as normativas, assim como o endereço do serviço ainda está desatualizado. Sr.  
47 Leandro informa que irá levar essa questão ao Sr. Rodrigo para verificar a correção. Em

48 continuidade Sra. Marilda passa a discutir sobre o documento produzido pelo Fórum Regional de  
49 Políticas Públicas para População de Rua, passando a palavra para a Sra. Tatiana, assistente social  
50 da Defensoria Pública. Sra. Tatiana informa que foram 03 semanas de encontros, iniciado pelo  
51 serviço consultório na rua de Praia Grande, na pessoa do Sr. Varela, sobre a questão da vacinação  
52 das pessoas em situação de rua, onde foram levantados vários argumentos. Aponta que foi uma  
53 construção coletiva do Fórum e a Defensoria irá remeter aos órgãos competentes. A próxima  
54 reunião do Fórum será dia 05 de março às 10hs, para devolutiva do encaminhamento do  
55 documento. Em continuidade Sra. Marilda questiona sobre o andamento do processo de minuta do  
56 CIAMP-RUA. Sr. Leandro faz a consulta no site da prefeitura e informa que o processo encontra-se  
57 com a Coordenadoria de Atenção a População de Rua desde o dia 21 de dezembro. Sra. Marilda  
58 solicita que a SEDS de uma devolutiva sobre o andamento do processo. Passando-se para o  
59 próximo item para discussão, Sra. Marilda traz a questão da pedras colocadas sobre os viadutos  
60 da cidade para impedir que a população de rua os utilize. Aponta que as pessoas começaram a  
61 perceber agora após a divulgação do ocorrido em São Paulo. Sra. Aurora informa que em São Paulo  
62 o governo foi rápido na resposta, tendo em vista a repercussão ocorrida na mídia. Sra. Zezé aponta  
63 que é um absurdo, uma abuso de autoridade e os órgãos públicos devem ser cobrados sobre a  
64 questão. Questiona o que o CMAS irá fazer em relação a isso? Sra. Marilda questiona se a  
65 Defensoria tomou alguma atitude em relação a questão? Sra. Tatiana informa que não tem como  
66 informa isso no momento, mas desconhece que a Defensoria de Santos tenha tomado alguma  
67 iniciativa, mas irá buscar informações e compartilhar com o grupo. Sra. Marilda lembra que quem  
68 articula a Política de População em Situação de Rua em Santos é o Programa Novo Olhar, sendo  
69 assim sugere que o mesmo seja oficiado para que possa se manifestar sobre a questão, além de  
70 trazer mais dados sobre a articulação com a CDHU, informando se há programa de moradia social,  
71 pois é de conhecimento que há edifícios subutilizados no município. Sr. Rui sugere que o ofício que  
72 será remetido a SEDS sobre a avaliação dos serviços durante a pandemia inclua também o  
73 questionamento sobre as ações do Programa Novo Olhar nesse período. Sr. Décio aponta que a  
74 pandemia afetou a política de saúde e de assistência social, sendo assim gostaria de saber como  
75 o serviço do Centro – POP está se adaptando. Questiona também que devido à crise que vivencia-  
76 se, aumentado também pelo verão, a migração será muito alta, existe alguma preparação para  
77 isso? Aponta também que recebeu uma crítica, que o serviço de abordagem social não passa mais  
78 em alguns locais e além disse aponta que seria oportuno saber como está e como ficará a lavagem  
79 dos veículos desse serviço. Sr. Leandro sugere que todas essas questões façam parte do ofício  
80 que irá questionar a avaliação do serviços neste período de pandemia. Todos acatam a sugestão.  
81 Finalizando a reunião Sra. Marilda abre a palavra para assuntos gerais. Sr. Rui traz a observação  
82 em relação ao cartão alimentação do Bom Prato fornecido as pessoas em situação de rua, que na  
83 ata de dezembro apontou que a ativação do cartão demorava cerca de 24h ou 48h, mas esse  
84 período de espera ampliou-se para 2 ou 3 semanas, o que é lamentável, afinal a alimentação não  
85 é algo que se possa esperar esse tempo todo. Sra. Tatiana informa que em março do ano passado  
86 a Defensoria Pública ingressou com uma Ação Civil Pública solicitando um abrigo específico para  
87 pessoas em situação de rua com COVID. A PMS respondeu as providências que estavam sendo  
88 tomadas incluindo-se aí a intenção de não fechamento do serviço da “Casa Êxodo” por exemplo.  
89 Na época foi solicitado uma inspeção sanitária em todos os abrigos, o que foi feita pela vigilância  
90 epidemiológica, todavia com laudo inconclusivo se os abrigos estavam adequados ou não. Diante  
91 disso foi solicitado um médico perito de fora da rede para fazer essa inspeção, que deverá ocorrer  
92 agora a partir de fevereiro. Sra. Tatiana informa que caso alguém tenha alguma questão para ser  
93 remetido ao médico perito pode encaminhar a ela, que está elaborando o documento. Sra. Marilda  
94 informa sobre a realização da XI Conferência Municipal do COMAD que ocorrerá no dia 22 de  
95 fevereiro, de forma virtual, com inscrições até o dia 12 de fevereiro. Sra. Aurora lembra que está  
96 aberto o processo de vacância no CMAS para preenchimento de vagas no segmento trabalhadores  
97 e usuários e pede que todos participem. Não tendo mais assuntos a tratar, Sra. Marilda declarou  
98 finalizada a reunião, às 16h00.

99  
100  
101  
102  
103

---

**Marilda da Paixão Isaias dos Santos**

**Coordenadora em Exercício – GT/POP Rua – CMAS**